

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PROVINCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA - PMBSA

EXERCÍCIO DE 2024



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de Dezembro de 2024

Relatório N° 03/24
MARÇO/2025

SUMÁRIO

1 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
2 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023	8
2.1 – ATIVO.....	8
2.2 – PASSIVO.....	9
3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 2024 E 2023	10
4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	12
6 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	13

1 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Diretores da

PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA - PMBSA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA - PMBSA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA - PMBSA** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis da **PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA - PMBSA** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram por nós auditadas com

emissão de relatório em 07 de março de 2024, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidade da administração e pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil, e na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração e governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- avaliamos a adequação geral, estrutura, conteúdo e a aplicação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração da entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de

auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de março de 2025.

Alexandre dos Santos Valente
Sócio – Responsável
Contador - CRC/RS nº. 052.679/O-0-S-SP
CNAI 3.330

Vinicius Scherer
Sócio - Responsável Técnico
Contador-CRC/RS nº. 070.381/O-0



Capital Auditores e Consultores Empresariais S/S
CRC/RS 7.543/O

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2024

PROVINCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA – PMBSA

2 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em Reais)

2.1 - ATIVO

ATIVO		2024	2023
CIRCULANTE	NEs	<u>43.256.137,64</u>	<u>46.194.013,82</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>6a</u>	23.163.172,31	21.884.913,11
Alugueis a Receber	<u>6b</u>	11.728.847,49	14.628.693,27
(-) Perdas Est.em Crédito de Liquidação Duvidosa	<u>6c</u>	(25.060,87)	(41.485,62)
Outras Contas a Receber	<u>6d</u>	8.382.155,96	9.710.375,84
Tributos a Compensar e Recuperar		7.022,75	11.517,22
NÃO CIRCULANTE		<u>1.677.239.030,72</u>	<u>1.640.388.723,51</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>122.908.885,73</u>	<u>87.146.663,77</u>
Contas a Receber	<u>7a</u>	58.364.367,21	42.750.237,66
Depósitos Judiciais	<u>7b</u>	24.802,00	24.802,00
Títulos e Valores Mobiliários	<u>7c</u>	64.519.716,52	44.371.624,11
INVESTIMENTOS	<u>8</u>	<u>1.521.422.609,05</u>	<u>1.521.422.609,05</u>
IMOBILIZADO	<u>9</u>	<u>32.907.535,94</u>	<u>31.819.450,69</u>
TOTAL DO ATIVO		1.720.495.168,36	1.686.582.737,33
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			

PROVINCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA – PMBSA

2 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em Reais)

2.2 - PASSIVO

PASSIVO		2024	2023
CIRCULANTE	<u>NE's</u>	<u>3.676.254,74</u>	<u>3.057.208,45</u>
Fornecedores	<u>10a</u>	364.283,75	287.090,25
Obrigações Trabalhistas	<u>10b</u>	482.819,42	452.660,93
Obrigações Fiscais	<u>10c</u>	71.618,99	31.642,54
Contas a Pagar	<u>10d</u>	2.115.424,90	1.696.852,32
Provisões	<u>10e</u>	642.107,68	588.962,41
NÃO CIRCULANTE		<u>12.994.604,70</u>	<u>10.738.077,41</u>
Outras Contas a Pagar	<u>11a</u>	12.989.604,70	10.673.577,41
Provisões	<u>11b</u>	5.000,00	64.500,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>12a</u>	<u>1.703.824.308,92</u>	<u>1.672.787.451,47</u>
Patrimônio Social		1.648.542.161,97	1.598.057.955,33
Realização Reserva Reavaliação		24.245.289,50	25.162.005,38
Cisão e Incorporação		-	19.274.707,39
Superávit do Período	<u>13a</u>	31.036.857,45	30.292.783,37
TOTAL DO PASSIVO		1.720.495.168,36	1.686.582.737,33
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			

PROVINCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA – PMBSA

3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 2024 E 2023

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDOS EM 2024 E 2023 (EM R\$)			
	<u>NEs</u>	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL			
Receitas com Aluguéis		37.872.137,94	33.990.756,42
Receitas com Diárias e Estadas		987.510,00	1.296.361,50
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		-	(4.450.000,00)
(-) Desconto de Aluguéis		-	(4.450.000,00)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		38.859.647,94	30.837.117,92
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(25.389.320,86)	(18.719.168,44)
(-) Custo dos Serviços Prestados		(4.917.245,71)	(4.107.617,43)
(-) Demais Gastos		(20.472.075,15)	(14.611.551,01)
SUPERÁVIT OPERACIONAL BRUTO		13.470.327,08	12.117.949,48
RECEITA/DESPESA OPERACIONAL		2.160.625,94	428.390,61
Receitas com Doações	13b	1.803.442,94	1.000,00
Outras Receitas Operacionais		3.367.265,66	2.843.963,60
Despesas com Pessoal		(1.439.691,45)	(1.197.796,25)
Despesas Gerais e Administrativas		(1.362.444,07)	(998.979,52)
Despesas com Depreciação e Amortização		(192.996,06)	(192.370,08)
Despesas Tributárias e Contribuições Sociais		(14.951,08)	(27.427,14)
SUPERÁVIT OPERACIONAL LÍQUIDO		15.630.953,02	12.546.340,09
SUPERÁVIT FINANCEIRO LÍQUIDO		10.441.608,48	8.031.784,59
Receitas Financeiras		10.467.664,10	8.670.629,69
Despesas Financeiras		(26.055,62)	(638.845,10)
+/- OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		4.964.295,95	9.714.658,69
Resultado nas Vendas de Ativos e Investimentos		4.964.295,95	9.714.658,69
SUPERÁVIT DO PERÍODO	13a	31.036.857,45	30.292.783,37
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			

PROVINCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA – PMBSA

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDO EM 2024 e 2023 (EM R\$)					
MUTAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	REALIZAÇÃO RESERVA REAValiaÇÃO	CISÃO PARCIAL	SUPERÁVIT ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31/12/2022	1.338.161.162,28	26.078.721,26	144.743.312,64	114.463.109,22	1.623.446.305,40
Incorporação ao Patrimônio Social	114.463.109,22	-	-	(114.463.109,22)	-
Realização Reserva Reavaliação	916.715,88	(916.715,88)	-	-	-
Superávit do Período	-	-	-	30.292.783,37	30.292.783,37
Cisão Parcial	125.468.605,25	-	(125.468.605,25)	-	-
Incorporação	19.048.362,70	-	-	-	19.048.362,70
SALDO EM 31/12/2023	1.598.057.955,33	25.162.005,38	19.274.707,39	30.292.783,37	1.672.787.451,47
Incorporação ao Patrimônio Social	49.567.490,76	-	(19.274.707,39)	(30.292.783,37)	-
Realização Reserva Reavaliação	916.715,88	(916.715,88)	-	-	(0,00)
Superávit do Período	-	-	-	31.036.857,45	31.036.857,45
Incorporação	-	-	-	-	-
SALDO EM 31/12/2024	1.648.542.161,97	24.245.289,50	(0,00)	31.036.857,45	1.703.824.308,92
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.					

PROVINCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA – PMBSA

5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 'Método Indireto' FINDOS EM 2024 E 2023 (EM R\$)		
	2024	2023
FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Período	31.036.857,45	30.292.783,37
Ajustes por:		
Incorporação	-	9.340.157,75
Despesas Antecipadas	19,14	(159,60)
Depreciação	1.038.701,83	903.410,35
Aumento (diminuição) das Contas do Ativo e Passivo:		
Contas a Receber	4.084.202,24	(17.017.971,69)
(-) Perdas Est.em Crédito de Liquidação Duvidosa	240.328,31	303.531,92
Adiantamentos a Func. e Fornecedores	(112.908,78)	(623,06)
Fornecedores	77.193,50	(358.724,44)
Obrigações Fiscais	44.470,92	18.749,19
Obrigações Trabalhistas	30.158,49	229.350,81
Contas a Pagar	418.572,58	540.075,45
Provisões	53.145,27	292.112,91
Realizável a Longo Prazo	(13.298.102,26)	(5.101.985,99)
Provisões - LP	(59.500,00)	5.000,00
Caixa gerado pelo fluxos operacionais	23.553.138,69	19.445.706,97
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Imobilizado	(2.699.745,58)	(1.303.393,66)
Vendas/Baixas de Imobilizado	572.958,50	70.654,46
Aplicações Financeiras	(20.148.092,41)	(7.780.767,01)
Caixa gerado pelo fluxos de investimentos	(22.274.879,49)	(9.013.506,21)
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e Financiamentos - LP	-	(3.000.000,00)
Caixa gerado pelo fluxos de financiamentos	-	(3.000.000,00)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES	1.278.259,20	7.432.200,76
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO ANO	21.884.913,11	14.452.712,35
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO ANO	23.163.172,31	21.884.913,11
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA – PMBSA

6 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Contexto Operacional

A Província Marista Brasil Sul-Amazônia -PMBSA é uma organização religiosa, católica apostólica romana, sem fins lucrativos e de fins não econômicos. Foi constituída à luz dos seguintes leis e documentos: Art. 44, Inciso IV da Lei nº 10.406/2002, (Código Civil Brasileiro); do Decreto nº 7.107/2010, que promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica Apostólica Romana, no Brasil, firmado na cidade do Vaticano em 13 de novembro de 2008, promulgado pelo Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010; e das Constituições e Estatutos dos Irmãos Maristas das Escolas, aprovados pela Sagrada Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares, pelos quais se rege. Tem sede e foro em Porto Alegre, na Rua Irmão José Otão, número 11 - Bairro Bom Fim, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP: 90035-060.

Em Janeiro de 2023, incorporou a parte cindida da instituição homônima, Província Marista Brasil Sul-Amazônia, CNPJ 33.851.917/0001-59, após sua cisão total, e alterou sua razão social de União Sul Brasileira de Educação e Ensino-USBEE para o nome atual, Província Marista Brasil Sul-Amazônia – PMBSA, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária-AGE ocorrida em 23 de janeiro de 2023, com esses atos averbado sob o número AV. 186 do registro 223, as folhas 1v, do Livro A-401, de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre.

A Província Marista Brasil Sul-Amazônia-PMBSA é uma pessoa Jurídica de direito privado com registro no Cartório 223 de 07/08/1924 e registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS conforme processo nº 46.611/52. A Entidade manteve suas atividades com preponderância na assistência social e filantrópica nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, conforme demonstração do período abaixo. A partir de 01 de março de 2022 a entidade passou a efetuar o pagamento da contribuição previdenciária - INSS Patronal, por deixar de exercer a isenção tributária de contribuições de seguridade social. No mês de julho de 2022, mediante assembleia geral da entidade, foi alterada a sua natureza jurídica, quando se transformou em Organização Religiosa. Mesmo com a mudança da operação jurídica, a entidade ainda possui um processo de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, conforme Portaria do MEC nº 394, de 28/01/2022, publicado no Diário Oficial da União em 07/02/2022, com validade de 01/01/2016 a 31/12/2018, através do Processo 23000.021393/2015-85. A solicitação de renovação deste certificado foi protocolada em 22/11/2018 através do processo 23000.37950/2018-22 em tramitação no Ministério da Educação.

A Província Marista Brasil Sul-Amazônia - PMBSA é uma Unidade Administrativa do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas, instituição da Igreja Católica Apostólica Romana, com natureza de instituto de Vida Consagrada, fundado em 2 de janeiro de 1817, pelo Padre Marcelino José Bento Champagnat, aprovado pela Santa Fé em 9 de janeiro de 1863, como Instituto autônomo e de Direito Pontifício, com suas Constituições reconhecidas por decreto da Sagrada Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares e firmadas em Roma, em 7 de outubro de 1986.

A Província Marista Brasil Sul-Amazônia - PMBSA constitui uma comunidade de vida, oração e apostolado. Representa o Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas em sua área de atuação e permanece unida ao Superior- Geral, que a vincula à Igreja Católica Apostólica Romana. As atividades por ela desenvolvidas revelam-se como instrumento necessário para que seus integrantes alcancem os propósitos vocacionais orientadores do Instituto Religioso a que se encontram vinculados.

Em sintonia com os Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas, a PMBSA tem a finalidade de anunciar e testemunhar Jesus Cristo e a proposta do Reino de Deus a todas as pessoas, fundamentada no Evangelho, na espiritualidade mariana e apostólica e no carisma do Fundador, São Marcelino Champagnat. Isso se manifesta pela evangelização e defesa dos direitos das crianças, adolescentes e jovens, particularmente os mais vulneráveis e necessitados, por meio da educação, independente de nacionalidade, sexo, raça e crença religiosa.

2. Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, consideradas as disposições emanadas da Lei nº 6.404/76 com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, contempladas as peculiaridades de nomenclatura de contas dadas pela Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1) aplicável às entidades sem finalidade de lucros e para as situações não previstas nesta norma, a aplicação integral dos pronunciamentos técnicos emanadas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. A entidade aplicou Lei Complementar nº 187/21 no que tange o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e isenção das contribuições para a seguridade social, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, onde a entidade ainda era certificada. A Administração da Entidade autorizou a emissão e publicação das demonstrações contábeis em 16/04/2025.

3. Formalidade da Escrituração Contábil

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. Os livros e documentos contábeis e fiscais da Entidade são emitidos em forma eletrônica através do SPED - Sistema Público de Escrituração Digital. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. Moeda Funcional e de Apresentação

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

5. As Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados:

- a) As receitas e despesas foram apropriadas pelo princípio da competência dos exercícios e reconhecidas nos resultados dos mesmos;
- b) Os direitos e obrigações da Entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais;
- c) Os Ativos e Passivos de até 360 dias (um ano) foram considerados como circulantes;
- d) Os Ativos e Passivos após 360 dias (um ano) foram considerados como não circulantes;
- e) As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, com os rendimentos financeiros reconhecidos como receita até a data do encerramento do exercício.

6. Ativo Circulante

a) O caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas. As disponibilidades da Entidade só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating AAA em uma das agências internacionais (Moody's, Standard & Poor's, Fitch ou Austin) e/ou instituições controladas pelo governo federal. Em 31 de Dezembro de 2024 a Entidade mantinha suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco Bradesco, Banco Unicred, Banco XP e Banco Sicoob. As aplicações da Entidade possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Entidade. Essas aplicações financeiras referem-se a: (a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB); e (b) Aplicações automáticas (recursos creditados no último dia útil, fora do expediente bancário). Os títulos e valores mobiliários com prazo superior a 360 dias (um ano) estão classificados no Ativo Não Circulante na Nota Explicativa 7d.

Caixa e Equivalentes de Caixa	2024	2023
Total	23.163.172,31	21.884.913,11
Caixa	301.943,31	194.641,91
Bancos c/ Disposição - Sem Restrição	613.731,87	600.265,50
Títulos e Valores Mobiliários - Sem Restrição	22.247.497,13	21.090.005,70

b) Aluguéis a Receber - Os valores a título de aluguéis a receber são referentes a imóveis destinados a locação.

Aluguéis a Receber	2024	2023
Total	11.728.847,49	14.628.693,27
Aluguéis a Receber ano de 2018	-	255.507,67
Aluguéis a Receber ano de 2019	-	320.499,95
Aluguéis a Receber ano de 2020	327.781,29	345.157,02
Aluguéis a Receber ano de 2021	69.624,15	84.276,01
Aluguéis a Receber ano de 2022	62.409,91	63.508,86
Aluguéis a Receber ano de 2023	3.215.359,27	13.559.743,76
Aluguéis a Receber Ano Corrente	8.053.672,87	-

c) A Perdas Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa foi calculada em valor suficiente para cobrir possíveis perdas de acordo com estimativas da Administração. Os últimos 5 anos anteriores ao ano corrente são provisionados com base no % de Inadimplência média dos recebimentos dos aluguéis. Já o saldo referente ao 6º ano é baixado em sua totalidade para Perdas com Inadimplentes;

d) Outras Contas a Receber - O grupo Outras Contas a Receber apresenta nos anos de 2024 e 2023 respectivamente a seguinte composição: - Valores a Receber Alienação de Bens corresponde a venda de Ativo Imobilizado; - Diárias e Estadas correspondem a locação de espaços para realização de eventos; Notas a Receber correspondem a demais valores a receber de terceiros; Adiantamento a Fornecedores correspondem a valores repassados financeiramente para aquisição de produtos e/ou prestação de serviços; Adiantamento a Funcionários, Férias, viagens e insuficiência de saldo dos colaboradores; Aplicações Financeiras a Receber refere-se a uma perda com aplicações em Debêntures referente ao emissor Light Serviços de Eletricidade S/A - Ativo DEB-LIGHB4. O preço da emissão da debênture em 31 de março de 2023 era de R\$ 1.069,013661. Em 30 de abril de 2023 o preço caiu para R\$ 326,354738, resultando na perda no montante de R\$ 1.856.647,31.

Outras Contas a Receber	2024	2023
Total	8.382.155,96	9.710.375,84
Valores a Receber Alienação de Bens	6.547.600,61	7.010.389,79
Aplicações Financeiras a Receber	1.856.647,31	1.856.647,31
Diárias e Estadas a Receber	4.200,00	-
Notas a Receber	835.580,55	726.399,33
Adiantamento a Fornecedores	127.245,61	13.772,02
Adiantamentos a Funcionários	25.975,10	32.056,43
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	140,46	159,60
Adiantamento a Férias	76.467,88	70.951,36
P.E.C.LD	- 1.091.701,56	-

e) Tributos a Compensar e Recuperar correspondem a valores de tributos pagos a maior e/ou em duplicidade, em processo de restituição juntos aos órgãos competentes

Tributos a Compensar e Recuperar	2024	2023
Total	7.022,75	11.517,22
Tributos a Compensar e Recuperar	7.022,75	11.517,22

7. Ativo Não Circulante

a) Contas a Receber - Referem-se a recebimentos com prazos superiores a 360 dias (um ano). A Operação de Mútuo realizada mediante contratos de mútuo entre Província Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA (Mutuário) e Marcha Participações e Empreendimentos S.A, Associação Caminho das Águas e CEPAZZI Produtos Cerâmicos LTDA (Mutuantes), conforme define o Código Civil de 2002 - Lei 10.406/02. A composição desses valores basicamente são vendas de ativo imobilizado e outros créditos a receber:

Contas a Receber	2024	2023
Total	58.364.367,21	42.750.237,66
Notas a Receber - LP	103.158,24	309.474,72
Valores a Receber Alienação de Bens	29.897.809,66	28.696.701,68
Juros a Receber Alienação de Bens - Permuta	12.989.604,70	10.673.577,41
Operações de Mútuo	15.373.794,61	3.070.483,85

b) Os depósitos Judiciais referem-se à reclamações trabalhistas em andamento na Justiça do Trabalho. O grupo Depósitos Judiciais apresenta nos anos de 2024 e 2023 respectivamente a seguinte composição:

Depósitos Judiciais	2024	2023
Total	24.802,00	24.802,00
Depósitos Judiciais Trabalhistas	24.802,00	24.802,00

c) Títulos e Valores Mobiliários LP - Aplicações financeiras com prazo de resgate superiores a 360 dias (um ano), com instituições que atendam a pelo menos um dos critérios: classificação de Rating seja AAA em uma das agências internacionais (Moody's, Standard & Poor's, Fitch ou Austin) e/ou Instituições controladas pelo Governo Federal.

Títulos e Valores Mobiliários	2024	2023
Total	64.519.716,52	44.371.624,11
Banco Daycoval LF	-	4.436.800,46
Banco Safra S/A	2.380.407,39	2.116.151,60
Banco BTG Pactual S/A	31.805.226,10	15.215.247,79
Banco XP Investimentos S/A	2.953.841,00	5.918.411,87
Banco NBC Bank	22.088.436,71	9.012.192,23
Banco Banrisul	1.431.462,00	1.285.015,71
Banco BPlace Securitizadora	-	1.847.621,86
Banco Sicoob	-	1.112.195,25
Banco Investimentos Auroque	3.860.343,32	3.427.987,34

8. Investimento

a) Os Investimentos são compostos por ações junto à empresa Brasil Telecom no montante de R\$ 8.918,07 e Propriedade para Investimento, conforme demonstrado abaixo. Em 2022 a Entidade aplicou pela primeira vez o CPC 28 - Propriedade Para Investimento, resultando no saldo inicial do exercício de 2023. Para o exercício de 2024 não ocorreram movimentações na conta de Propriedade para Investimento.

Propriedade Para Investimento	Saldo Inicial	Valor Transferido – Imobilizado	Ajuste Avaliação Patrimonial	Atualização Valor Justo	Saldo Final
Total	1.521.422.609,05	-	-	-	1.521.422.609,05
Imóveis	1.488.543.930,04	-	-	-	1.488.543.930,04
Terrenos	32.869.760,94	-	-	-	32.869.760,94
Ações CRT	8.918,07	-	-	-	8.918,07

9. Imobilizado

a) Os bens do Ativo Imobilizado são demonstrados pelo custo original de aquisição ou construção acrescidos de correção monetária até 31/12/1995. As imobilizações apresentam a seguinte composição com as respectivas aquisições e baixas no período de 2024:

Imobilizado	Saldo inicial	Aquisições	Baixas/ Transferências	Deprec. Acumulada	Saldo Final
Equipamentos de Informática	260.947,87	158.584,13	(22.978,56)	(107.902,48)	288.650,96
Máquinas e Equipamentos	3.465.958,33	316.174,61	-	(173.099,32)	3.609.033,62
Móveis e Utensílios	768.864,25	225.957,10	(8.896,92)	(198.435,08)	787.489,35
Prédios	8.899.484,73	-	(541.083,02)	(210.156,12)	8.148.245,59
Terrenos	17.412.395,09	-	-	-	17.412.395,09
Veículos	830.465,71	1.197.029,74	-	(349.108,83)	1.678.386,62
Imobilizado em Andamento	181.334,71	802.000,00	-	-	983.334,71
Total	31.819.450,69	2.699.745,58	(572.958,50)	(1.038.701,83)	32.907.535,94

b) A partir de 01/01/2012, com base em laudo técnico, as depreciações de Prédios estão sendo calculadas em taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil. No ano de 2014 foi realizada a identificação física do patrimônio e a definição de vida útil para os itens nas contas de Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios, Veículos, Software e bens destinados às parcerias. Em 01/01/2022, a Entidade passou a adotar o CPC 28 - Propriedade para Investimento, reestruturando os registros dos Imóveis destinados para renda que estavam alocados no Ativo Imobilizado, transferindo para o grupo Investimento no Ativo Não Circulante. Além dessa reclassificação contábil, também foi realizado a avaliação pelo método do valor justo, atualizando os valores dos imóveis, através de laudos técnicos emitidos por empresa especializada nessa atividade. Abaixo está demonstrada a vida útil dos itens de Ativo Imobilizado:

Conta Patrimonial	Vida Útil
Equipamentos de Informática	10 Anos
Imóveis - Propriedade para Investimento	25 Anos
Máquinas e Equipamentos	10 Anos
Móveis e Utensílios	10 Anos
Prédios	25 Anos
Software	5 Anos
Veículos	3 Anos

10. Passivo Circulante

- a) Fornecedores - São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 360 dias (um ano). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A entidade não trabalha com Risco Sacado ou Confirming.
- b) Obrigações Trabalhistas: Essa Rubrica é composta pelas contas de salários e encargos sociais a pagar.
- c) Obrigações Fiscais: Essa Rubrica é composta pelas contas dos impostos retidos sobre os serviços tomados.
- d) Contas a Pagar - Essa rubrica é composta por obrigações com terceiros, com vencimentos de até 360 dias (um ano).
- e) A Provisão constituída e demonstrada no Passivo Circulante refere-se as férias da folha de pagamento, com encargos correspondentes.

11. Passivo Não Circulante

- a) Outras Contas a Pagar é composta por obrigações a pagar com terceiros, com vencimentos de superiores a 360 dias (um ano).

Outras Contas a Pagar	2024	2023
Total	12.989.604,70	10.673.577,41
Juros a Pagar Alienação de Bens - Permuta	12.989.604,70	10.673.577,41

- b) As Provisões - LP referem-se à provisão constituída para cobrir perdas prováveis em ações Trabalhistas que tramitam na Justiça do Trabalho. O grupo Provisões - LP apresenta nos anos de 2024 e 2023 respectivamente a seguinte composição.

Provisões - LP	2024	2023
Total	5.000,00	64.500,00
Provisão Indeniz. Trabalhistas - LP	5.000,00	64.500,00

Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade possuía também processos de natureza Cível cuja probabilidade de perda é possível, conforme apresentado abaixo:

Processos	2024	2023
Total	5.000,00	-
Cíveis	5.000,00	-

12. Patrimônio Líquido

- a) O Patrimônio Líquido é formado pelos bens da Entidade, com os acréscimos/decréscimos de superávits/déficits alcançados na execução dos objetivos estatutários.
- b) Não foram realizados ajustes de exercícios anteriores para o ano de 2024.
- c) AJUSTE A VALOR PRESENTE: Em cumprimento à Resolução CFC Nº 1.151/09 que aprova (NBC TG 12) e à Lei 11.638/07, a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes.
- d) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - (IMPAIRMENT): A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei No. 11.638/07, Deliberação da CVM No. 527, Resolução CFC Nº 1.292/10 que aprova (NBC TG 01 – R4) e não obteve indícios de que os montantes estejam registrados a valores não recuperáveis.

13. Resultado

- a) O superávit do período de 2024 será absorvido pela conta patrimônio social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) – Instituições sem finalidade de lucros em seu item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.
- b) A Entidade eventualmente recebe doações de pessoas físicas e jurídicas. Em 2024, o total arrecadado foi de R\$ 1.803.442,94, enquanto em 2023 o valor recebido foi de R\$ 1.000,00. O aumento expressivo nas doações reflete a mobilização gerada pelos alagamentos no estado do Rio Grande do Sul, onde a PMBSA desenvolveu projetos para auxiliar as pessoas afetadas pelas enchentes.
- c) Em decorrência da reestruturação institucional a Entidade tem a sua preponderância como Organização Religiosa.

14. Cobertura de Seguros

A Entidade mantém contratos de seguros para coberturas de riscos de seus bens do ativo imobilizado. Os bens imóveis e moveis estão segurados através de apólices de seguros com garantias totais de R\$ 114.512.839,33 e os veículos de R\$ 3.775.959,40.

15. Imunidade Tributária Artigo Nº 150 Da Constituição Federal E Artigo Nº 9 Do CTN - Código Tributário Nacional

- a) A imunidade tributária aos templos de qualquer culto, disposta pelo artigo 150, inciso VI da Constituição Federal, garante que qualquer entidade de cunho religioso seja imune a todo tipo de impostos governamentais no Brasil. Essa imunidade se aplica não somente aos impostos do templo onde ocorrem cerimônias religiosas, mas abrange também rendas e serviços

relacionados à sua entidade mantenedora (que administra o funcionamento e garante recursos para outras entidades).

b) A Entidade não remunera nem concede vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, aos seus diretores, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, conforme previsto no artigo 5º do seu Estatuto Social;

c) A Entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, conforme previsto no artigo 21 do seu Estatuto Social;

d) A Entidade mantém escrituração de suas receitas e despesas de forma digital através das declarações enviadas para a Receita Federal do Brasil, assegurando assim sua exatidão.

e) A entidade cumpre com todas as obrigações fiscais (municipais, estaduais e federais) ECD, ECF, DIRF, DCTF, DCTFWeb e EFD-REINF.

16. Comodato

A entidade possui dois contratos de comodato, sendo um envolvendo veículos e outro de imóveis. Ambos os contratos se referem ao processo de reestruturação organizacional que foi realizado mediante a Cisão Parcial realizada em 2021 e a Troca de Manutenção realizado em 2022. O contrato de comodato de veículos realizado com a Província Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA não possui valor financeiro de locação para o exercício de 2023. As despesas relacionadas a manutenção, combustível e taxas veiculares são de responsabilidade da operação da Sociedade Meridional de Educação SOME e as despesas com depreciação são alocadas na Província Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA. Para o contrato de comodato dos imóveis realizado com a Província Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA ficou estipulado que o montante financeiro para o exercício de 2024 segue o seguinte critério de cálculo: 9% sobre a receita bruta dos Colégios pagos subtraindo os financiamentos pagos pela SOME. Os gastos com as manutenções dos imóveis são despesas da operação da Sociedade Meridional de Educação SOME e as despesas com depreciação são alocadas na Província Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA.

17. Eventos Subsequentes

Até a data da elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras, não foi constatada, nem é de conhecimento da Administração da Entidade, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que, eventualmente, pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nas demonstrações financeiras.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2024.

DEIVIS ALEXANDRE FISCHER
Presidente
CPF 001.384.830-51

DIEGO OLIVEIRA DA COSTA
Contador CRC/RS 09.9510
CPF 017.604.440-06